



POR UMA GEOGRAFIA DO CONFLITO¹

Lucas Gabriel da Silva Moraes²

João Pedro Turino Silva³

INTRODUÇÃO

“A história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classe” (Marx; Engels, 1998, p. 4). Esta é uma das afirmações de Marx e Engels que inauguram a obra *Manifesto do Partido Comunista*, publicada pela primeira vez em 1848. Se nos perguntarmos o porquê dessa afirmação, nos colocaremos diante da materialidade histórica do modo de produção capitalista, baseada no conflito capital-trabalho (Marx, 1980). Aí reside a gênese das lutas e as circunstâncias que fazem as classes se confrontarem de maneira direta ao longo do tempo, em diferentes escalas e lugares.

Levando em conta que a luta de classes está no centro da história e que o capital continua a oferecer elementos contraditórios para a apreensão da realidade concreta, pretendemos, com este texto, contribuir para a construção de uma *metodologia geográfica do conflito* enquanto conceito norteador para a compreensão da realidade desde uma perspectiva crítica. Não é nossa intenção criar conceitos, mas sim compreendê-los desde uma geografia histórico-dialética. Pretendemos avançar em relação às formulações que colocam o espaço e o território geográficos como centralidade para a compreensão geográfica dos conflitos, como propuseram Porto-Gonçalves (2003) e Fernandes (2005). Longe de desconsiderá-las, buscamos, a partir delas, ampliar os horizontes de análise numa concepção da totalidade alicerçada no conflito enquanto elemento da materialidade histórica do capital, peça-chave do jogo de poderes que marcam as disputas de classe.

O conflito, entendido como embate ou oposição de interesses, deve ser visto como parte constitutiva das relações sociais e elemento essencial da ordem vigente (Porto-Gonçalves, 2003), assumindo centralidade quando analisado geograficamente, pois expressa as disputas pelo uso e controle do território entre diferentes sujeitos, o capital e o Estado. Essas manifestações conflituosas emergem de uma “realidade que é constituída não só pelo que é, mas também, pelo que pode ser e, por alguma razão, está impedido de ser” (Porto-Gonçalves,

¹ O título foi inspirado nas contribuições do professor Ariovaldo U. de Oliveira (*in memoriam*) durante a mesa de encerramento do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA).

² Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

³ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).



2003, p. 145). Nesse sentido, o conflito social é uma contradição em ato (Porto-Gonçalves; Cuin, 2016), especialmente evidente nas lutas por terra, que envolvem questões de poder, autonomia e sobrevivência (Ramos, 2024). A expansão territorial exigida pela lógica do capital (Porto-Gonçalves; Leão, 2020) transforma o território em um campo permanente de disputas, e a *conflitualidade* proposta por Fernandes (2005) reflete essa continuidade, alimentada pelas desigualdades estruturais do capitalismo e expressa nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), especialmente no contexto da questão agrária e das disputas entre modelos antagônicos de desenvolvimento.

Ao compreendermos o conflito desde uma perspectiva geográfica, reconhecemos que ele é expressão da luta de classes em seu constante movimento territorial (Thomaz Júnior, 2013). É nas disputas pelo território e pelo direito à vida que se materializam os antagonismos sociais de classe, estando estes contidos nas contradições da relação capital-trabalho. Diante dessas premissas, o presente texto está norteado por dois objetivos principais: i) propor uma metodologia geográfica do conflito como elemento central para a análise da realidade; e ii) analisar, a partir dessa metodologia, as dinâmicas de expansão do capitalismo na sociedade contemporânea, tendo como objeto os conflitos por território decorrentes do avanço do agronegócio na Amazônia Sul-Ocidental, mais especificamente no estado do Acre e na região da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (AMACRO).

Para além das formulações que colocam o território como centralidade para o estudo do conflito social, buscamos demonstrar que o tripé capital, trabalho e Estado – que compõe o sociometabolismo do capital (Mészáros, 2015) – é que sustenta a base de acumulação e exploração que origina a luta de classes e, por consequência, os conflitos sociais. No Acre, a parceria Estado-capital atua historicamente na produção do espaço através do financiamento e legitimação ideológica da agricultura capitalista. Conhecida atualmente por *agronegócio*, avança cada vez mais pela via do conflito e da violência, expropriando e violentando trabalhadores e trabalhadoras do campo e das florestas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa crítica de caráter qualitativo baseada em levantamento bibliográfico e análise de dados secundários. Os dados foram obtidos mediante pesquisa nos relatórios e no painel de conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

PENSAR O CONFLITO DESDE A GEOGRAFIA

Do nosso ponto de vista, a literatura até aqui analisada contempla, em certa medida, as formulações que apontam o espaço e o território geográficos como conceitos-chave para pensar a *geograficidade* do conflito. Autores como Porto-Gonçalves (2003) e Fernandes (2005) utilizaram-se da compreensão de espaço e de território para chegar à noção de conflito. O professor Carlos W. Porto-Gonçalves, em seu texto sobre “a geograficidade do social”, propôs a necessidade de buscar alternativas metodológicas que pudessem contribuir para os estudos de conflitos e de movimentos sociais. Segundo ele,

[...] **os conflitos expressam a dialética aberta dos processos instituintes.** A conflitividade se revelaria, assim, rica de possibilidades teóricas e, porque não dizer, políticas. É nela que as bifurcações possíveis se tornam reais ou não. [...] Deste modo, devemos considerar com mais atenção o lugar e o espaço (em suas diferentes escalas – local, regional, nacional, global) onde ocorre um determinado conflito, ali onde uma determinada luta social põe frente a frente dois ou mais protagonistas sociais (Porto-Gonçalves, 2003, p. 145, grifo nosso).

Estamos de acordo no que diz respeito à necessidade de “incorporar o próprio conflito enquanto dimensão instituinte da vida social e, assim, oferecer a oportunidade para que novos protagonistas se façam presentes na vida política” (Porto-Gonçalves, 2003, p. 146). Essa perspectiva de análise da realidade nos permitiria compreender os processos sociais e tudo que eles abarcam, seja no campo ou na cidade, no âmbito das ações coletivas e movimentos sociais dos mais diversos sujeitos, o que pretendemos aqui propor.

Por sua vez, o professor Bernardo M. Fernandes partiu do conceito de “conflitualidade” para pensar os processos de enfrentamento resultantes das contradições do capitalismo. Sua análise está baseada no Paradigma da Questão Agrária (PQA) e nos processos que envolvem o desenvolvimento territorial rural.

A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a **territorialização – desterritorialização – reterritorialização** de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é mais bem compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais. [...] Nesta leitura crítica debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida (Fernandes, 2005, p. 5, grifo nosso).



Ambos os autores estavam preocupados, em alguma medida, com a construção de uma teoria geográfica dos movimentos sociais onde o Espaço e o território seriam os conceitos centrais, não necessariamente o conflito. De forma sintética, Porto-Gonçalves (2003) contribuiu ao ressaltar a importância de analisar o conflito como elemento instituinte dos processos e dos movimentos sociais. Enquanto Fernandes (2005) afirma que o embate é apenas uma etapa do conflito, sendo a conflitualidade - que, possivelmente, deriva do termo “conflitividade” anteriormente mencionado por Porto-Gonçalves em algumas de suas obras - o processo mais amplo que representa as oposições de classe.

São duas grandes contribuições que nos motivam a construir uma geografia herdeira daquela constituída por uma teoria do conflito das classes sociais que o protagonizam. Tomamos por base pesquisadores que se dedicaram aos estudos do conflito e da violência (como uma de suas principais dimensões) no campo brasileiro desde a perspectiva da luta de classes, como fez Ariovaldo U. de Oliveira - o geógrafo brasileiro que mais estudou o conflito no campo - em várias de suas pesquisas e andanças.

Guiados pela necessidade de uma compreensão mais ampla do conflito enquanto relação socioespacial, e, apoiados na dialética marxista, almejamos seguir o processo inverso daquele adotado pelos autores: partir do conflito para chegar a uma compreensão geográfica da realidade concreta, estando ela alicerçada no espaço ou no território. Consideramos que as contradições intrínsecas às forças produtivas e às relações de produção geram uma disputa histórica entre classes que defendem seus próprios interesses. É, portanto, a luta de classes o motor da história e de suas grandes transformações (Marx; Engels, 1998).

Apesar disso, não nos resta dúvida de que a geografia sempre deve ocupar-se dos processos espaciais e territoriais, daí (também) a sua geograficidade. Isso está posto. Contudo, é na busca de uma análise da totalidade dos processos sociais que envolvem o conflito que nos situamos na “totalidade viva do capital” (Marx, 1980) e na luta de classes em suas mais variadas dimensões, para pensar uma análise possível do conflito a partir do tripé capital, trabalho e Estado (Mészáros, 2015), e do poder e da ideologia (Gramsci, 1991; 2000; Chauí, 1984; 2000) como seus elementos circundantes.

Primeiramente, vale a pena nos debruçarmos sobre o que estamos entendendo por poder e ideologia. Essas palavras, aparecem primeiramente em Marx e Engels (2009), ora com uma conotação negativa, ora, apresentando um novo método epistemológico. O jovem Marx criticava os hegelianos que tinham uma visão filosófica-científica por demais idealista; e, por consequência, ideológica (Marx; Engels, 1998). Logo, a ideologia aqui tem uma carga de



falseamento da realidade, consequência do distanciamento do trabalho manual para com o trabalho intelectual (Thompson, 1999). Apesar de que ao longo da história, o conceito de ideologia tenha se transformado – à medida que ia sendo apropriado por outros autores – vale a pena inserimos autores que podem nos oferecer mais que um entendimento de ideologia (e, conseqüentemente, poder); são eles: Gramsci (1991;2000) e Althusser (1980).

Para Gramsci (1991; 2000), a ideologia e o poder são produtos de um processo de construção da hegemonia, isto é, uma determinada classe, à medida que se fortalece ao longo da história, vai se organizando (criando solidariedade de classe entre os pares), ganha autoconsciência – produzindo signos, ideias e movimentos que mobilizam a classe antes só em si, agora existe para si própria, como diriam Montañó e Duriguetto (2011). Essa classe organizada incorre em uma organização de grupos políticos (e conseqüentemente, militares) que toma o poder – antes de outra classe – do Estado. Com o poder sobre o Estado, a classe agora detém o real poder sobre as outras classes.

A partir disso, pretendemos compreender o Estado enquanto uma instituição pensada e organizada para manifestação real do poder de uma classe sobre a outra. Veja, não se trata da única forma de manifestação do poder, mas é a primaz forma de uma classe organizar sua hegemonia ideologicamente – Aparelhos Ideológicos do Estado – e com o uso da força – Aparelhos de Força Repressiva do Estado (Althusser, 1980).

Gramsci (1991;2000) compreende o Estado não só como a coisa pública, mas também a sociedade civil. A hegemonia, antes mencionada, é garantida a partir do Estado o qual tem o homem coletivo e o conformismo social como tarefas. Logo, a construção de uma cultura, um sistema de valores e uma visão de mundo (o senso comum) é edificado a partir das ideias de uma classe dominante, que impõe as mesmas sobre as classes subalternas. A produção dessas ideias difere em Gramsci (1991;2000) e em Althusser (1980): o primeiro dirá que as ideias são produzidas e veiculadas pela “classe dirigente”, trata-se da pequena burguesia, uma classe trabalhadora com alguns privilégios de salário e qualidade de vida - ainda que tenham que trabalhar para viver (trabalho intelectual) – seriam os jornalistas, professores, políticos, artistas e outros cargos intelectuais da sociedade civil.

Althusser (1980), pensa de forma mais estrutural, explicando a construção das ideias (da hegemonia) como sendo a partir dos Aparelhos ideológicos do Estado (escolas, universidades, igrejas, mídias e outros). Aqui, o Estado nada mais é do que o “braço forte” e a “mente” formuladora/reprodutora de ideias, que “molda” os sujeitos através da ideologia e os imputa uma subjetividade de acordo com os interesses da classe dominante. A raiz desse entendimento é, portanto, o conflito de classes.



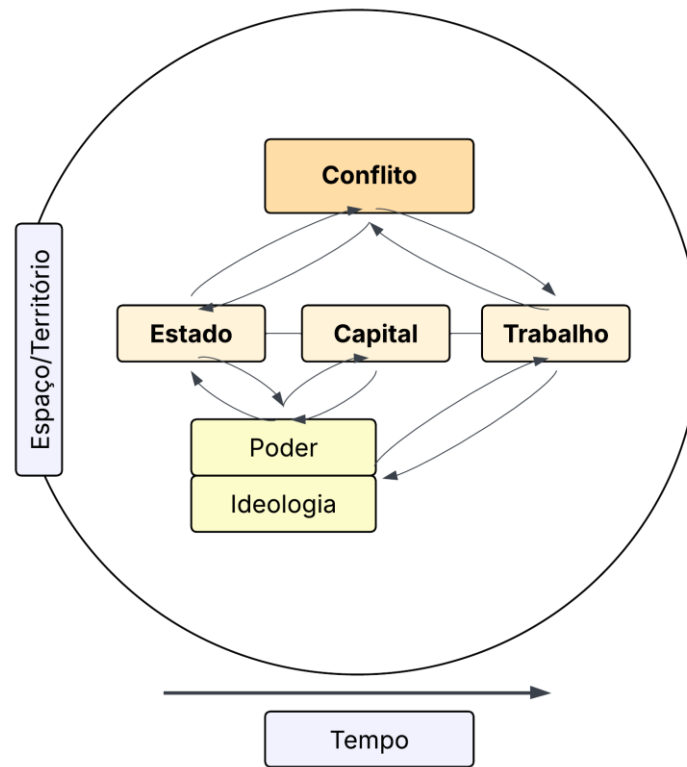
A lógica inerente ao capitalismo é produtora de conflitos, pois o capital necessita do conflito para se reproduzir. E o conflito produz o sujeito, o espaço e o território no chão histórico do próprio modo de produção capitalista. Devemos ressaltar que não existe *vácuo* espacial ou de poder, na medida em que um lado enfraquece o outro se fortalece, o conflito – enquanto elemento produtor de relações sociais – não cessará enquanto as classes subordinadas estiverem inseridas no metabolismo do capital, regido pelo conflito capital-trabalho. Não existe, portanto, conflito sem relações de poder e sem ideologia. Seus protagonistas são a classe dominante, o Estado e a classe trabalhadora – numa correlação entre economia, sociedade e política. O Estado, longe de ser um agente passivo, atua como aparelho ideológico da classe dominante (Gramsci, 1991) e complementa o metabolismo socioeconômico do capital de forma indispensável, ocupando o topo da “estrutura hierárquica de comando do capital” (Mészáros, 2015, p. 98).

Então, como podemos explicar o *conflito* como conceito geográfico? Em primeiro lugar, é preciso colocar o tripé capital, trabalho e Estado como base da sociedade capitalista; depois, considerar que essas três instâncias se relacionam com o poder e a ideologia, sendo seu produto e produtor; depois, identificar as funções (social, econômica, política, cultural) de cada uma dessas instâncias; e, por último, analisar, a partir da *práxis* dialética, os antagonismos sociais que motivam os conflitos. A seguir, apresentamos um esquema, ainda em construção, que pretende representar o nosso pensamento, ou seja, nossa perspectiva da realidade tendo o conflito como centralidade (Figura 1).

Com o diagrama pretendemos demonstrar que o conflito é fundante e permanente, pois estrutura as relações sociais, os modos de produção e as formas de poder. O tripé Estado-capital-trabalho é o campo de manifestação do conflito estrutural, materializado, na sociedade contemporânea, no neoliberalismo e na crise civilizatória do modo de produção capitalista. O Estado funciona como mediador, mas frequentemente atua na reprodução do poder e da ideologia da classe dominante, assegurando a sua hegemonia sobre as classes subalternizadas e sobre o trabalho, elemento de mediação e reprodução das contradições capitalistas. Espaço e território, são os lugares da materialização dos conflitos, onde as relações sociais se inscrevem (cidade, campo, periferia etc.). Ao lado do tempo histórico, ambos são produtos e produtores influenciados por este conjunto de relações. Mostram, portanto, o caráter dinâmico e processual do conflito - ele se transforma, mas nunca desaparece da sociedade enquanto elemento estruturante. Cabe ressaltar, que a análise da metodologia aqui proposta só tem fundamento a partir de uma visão dialética dos processos e dos elementos que compõem a realidade.



Figura 1 - Diagrama da metodologia geográfica do conflito



Fonte: Organizado pelos autores.

Portanto, assume-se que na sociedade em que vivemos, o poder, organizado a partir da classe, se estrutura na organicidade do Estado que, por sua vez, legitima o capital e sua respectiva concentração e subjugação do trabalho sobre a alienação do próprio capital. E como a priori explicado, é a partir da ideologia que o Estado é capaz de performar essas práticas. O poder é construído através dessa hegemonia, que conforma a visão de mundo, o sistema de ideias, o senso comum e os ideais de uma classe sobre a outra.

Logo, quem tem poder - nessa interpretação dos fatos - é quem consolida a hegemonia, isto é, o poder está nas mãos da classe detentora dos meios de produção, consequentemente, o Estado, os Aparelho Ideológico do Estado e Aparelho Repressor do Estado, a cultura, a classe dirigente (os intelectuais) também estão à serviço deste poder de classe. Perceba-se, que aqui há um entendimento de poder enquanto detenção dos meios de produção e do Estado, que é quem de fato dita a hegemonia das relações sociais e o mundo do trabalho. Ora, a imposição de uma cultura, de uma ideologia, nunca é pacífica. Lowi (2011) utilizando Walter Benjamin já nos alertava que toda manifestação artística se faz sobre um histórico de lutas, sangue e memória apagada. Dessa forma há conflito, nesse processo de construção de hegemonia. Além disso, lembremos que todo conflito é espacial, portanto, reforça-se o interesse da geografia



sobre o tema. No choque de interesses e ideias, se revelam os atores e agentes responsáveis pela realidade contraditória presente em análise. Não se pode pensar que há uma harmonia das coisas e que tudo caminha como deveria, de forma justa e plena.

O que propomos aqui é o início de uma geografia que pense o conflito como ponto de partida para a compreensão da realidade. Pretendemos utilizar dessa tradição do pensamento sobre conflito na geografia, para a construção – ainda embrionária – de uma metodologia capaz de analisar o objeto de estudo geográfico tendo como ponto de partida o conflito (uma geografia do conflito). Buscamos, portanto, fugir da análise pura e simples do conflito enquanto um produto das contradições capitalistas. Ou mesmo superar a noção de que os conflitos são simples dados estatísticos que devemos utilizar de forma secundária em nossas pesquisas. O conflito é a causa instituinte, é a relação primeira que produz tantas outras em nossa sociedade. Como alertou Marx (1980, p. 24), “[...] não se trata do grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade”. Devemos, portanto, mergulhar na estrutura metabólica do modo de produção capitalista e extrair dele os aspectos que nos permitem colocar o conflito como centralidade em nossas análises.

É evidente que, ao situarmos nossa análise no materialismo histórico-dialético, assumimos aqui uma postura crítica, que toma para si uma perspectiva de ciência de *práxis* que almeja transformação da concretude posta. Acredita-se que através da análise metodológica do conflito como centralidade se poderá superar alguns percalços postos na geografia atual. São eles:

1. **A possibilidade de uma análise multiescalar:** A difícil interrelação geral-local, escala geográfica maior e menor pode ser construída a partir da geografia do conflito, partindo do conflito em si, a análise sobre o mesmo deve pontuar os atores, os agentes, a estrutura e as dinâmicas por trás desse conflito. Desse modo, se contempla o *locus*, palco do conflito, mas na construção explicativa não se reduz à essa localidade. Se torna possível também, pensar os sujeitos (suas trajetórias e territorialidade) como primeira aproximação, apreendendo a sua inserção no conflito explorado, mas superar os trajetos e trajetórias desses sujeitos e pensar os agentes e processos que os tornaram parte desse conflito.
2. **Superação da ambivalência Geografia Física x Geografia Humana:** Não se pode pensar em um conflito sem levar em conta o seu impacto no meio. A terra, os recursos naturais e o território são comumente disputados até as últimas consequências. Nestes



casos, pensar tais categorias/conceitos não só como palco do conflito, mas como elementos constitutivos dele. Assim, se relaciona a questão econômica, social e política sobre o meio ambiente e a paisagem.

3. **Retomada da Geografia Crítica:** Ao pensar de forma “radical” e “crítica” os conflitos; a geografia do conflito tem a possibilidade de retomar uma geografia ativa, militante e propositiva. Ao analisarmos a dialética da realidade, propõe-se um modo de pensar os conflitos e suas consequências por meio da materialidade, levando em conta o processo histórico e a dinâmica das lutas de classe.

Mediante a metodologia aqui proposta, buscamos, no tópico seguinte, analisar o caso do Acre em seu processo histórico de formação. A história acreana é reveladora de um processo contínuo de reconfiguração territorial marcado pelas disputas entre diferentes formas de apropriação da natureza e dominação política pelo Estado e pelas elites agrárias. Diante disso, tomamos o conflito como elemento definidor dos processos sociais no Acre: de um lado, os povos da floresta em seu movimento contra a destruição de seus territórios de vida e trabalho, de outro, a agricultura capitalista e o Estado com suas ideologias desenvolvimentistas.

O CONFLITO COMO DIMENSÃO CONSTITUTIVA DO ESPAÇO AGRÁRIO NO ACRE

O espaço agrário acreano formou-se a partir de sucessivas fases históricas que aqui demarcamos: iniciando pelos dois ciclos da borracha (1879-1910; 1941-1945), avançando pelos projetos de colonização do regime golpista militar (1964-1985), pelas gestões dos governos da Frente Popular- Partido dos Trabalhadores (1998-2018) e, mais recentemente, pela expansão da extrema direita associada ao agronegócio na Amazônia. Ressaltamos que tais períodos não são exatamente lineares e se entrelaçam na materialidade histórica através de influências histórico-temporais dialéticas. Em todas essas conjunturas, o conflito emergiu como elemento estrutural e estruturante.

Demarcando os processos históricos: dos ciclos da borracha à expansão do agronegócio no Acre

Os dois ciclos da borracha constituem marcos fundantes da formação socioeconômica e territorial tanto da Amazônia quanto do Acre, operando sob a hegemonia do capital internacional, que reorganizou a região a partir de sua inserção na divisão-técnica-internacional



do trabalho de forma subordinada à economia mundial, bem como por meio da exploração do trabalho nos seringais.

No primeiro ciclo da borracha, impulsionado pela Revolução Industrial, consolidou-se uma forma de ocupação violenta da Amazônia-acreana financiada pelo capital internacional e operacionalizada pelos chamados “paulistas”, que instituíram os seringais como unidades socioeconômicas baseadas no sistema de aviamento e na sujeição compulsória e escravista de indígenas e migrantes nordestinos (Silva, 2009). Esse período inclui ainda a chamada Revolução Acreana, quando seringueiros foram mobilizados nos conflitos contra a Bolívia que resultaram na incorporação do território ao Estado brasileiro. Já no segundo ciclo, reativado pelas demandas da Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro recruta milhares de nordestinos para a “Batalha da Borracha”, mobilizando discursos político-ideológicos do “El Dorado” e da “miragem do lucro” (Benchimol, 1977; Tocantins, 1982), reinstalando o extrativismo em bases profundamente desiguais e reforçando a intervenção estatal na manutenção da produção gomífera em contexto de guerra.

Com o declínio definitivo da borracha, reduz-se a territorialidade do seringal e fortalece-se a territorialidade da colocação (Silva, 2009), permitindo que os seringueiros recuperassem gradualmente autonomia por meio do plantio de roçados, da criação de pequenos animais, da pesca, da caça e do extrativismo da castanha e do látex. Tal reorganização, intensificada a partir das décadas de 1940 e 1950, promoveu a formação e expansão de colônias agrícolas e a migração para áreas próximas às cidades e às margens dos rios, conformando uma nova etapa do espaço agrário acreano após o declínio da economia gomífera (Silva, 2005).

A década de 1960 introduz uma ruptura profunda nesse processo com a expansão da “frente agropecuária”, que se tornou o principal vetor de avanço do capital na Amazônia-acreana e uma ameaça direta aos modos de vida dos sujeitos da floresta. Amparado por políticas de integração e ocupação, como os incentivos fiscais, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966, e as iniciativas de colonização do Instituto de Colonização e Reforma agrária (INCRA), o regime militar inseriu a região no projeto nacional-desenvolvimentista e estimulou a entrada de fazendeiros advindos do Sul e do Sudeste, que invadiram antigos seringais, expulsaram seringueiros e povos indígenas, e impulsionaram processos intensos de desmatamento e conflitos territoriais (Porto-Gonçalves, 1999).

Em resposta, os seringueiros estruturaram formas de resistência coletiva por meio dos empates e do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), especialmente nos sindicatos de Xapuri e Brasileia, sob a liderança de Chico Mendes,



ampliando posteriormente sua luta com a criação do Conselho Nacional Seringueiro (CNS) e da Aliança dos Povos da Floresta. Em 1982, já sob a presidência de Chico Mendes no STR de Xapuri, consolidou-se a defesa de um modelo de reforma agrária específico – baseado não na posse individual da terra, mas na permanência da floresta e no uso coletivo dos recursos – que resultou na criação das Reservas Extrativistas (RESEX) na década de 1990, adaptadas às práticas agroextrativistas dos povos da floresta (Silva, 2009; Ponte, 2020).

O fim dos anos 1990 inaugura o ciclo dos governos da Frente Popular, liderados pelo Partido dos Trabalhadores, que propunha romper com o modelo destrutivo associado ao latifúndio e à pecuária e afirmava compromisso com o legado de Chico Mendes. Entre 1998 e 2018, esses governos implementaram uma agenda de “desenvolvimento sustentável” centrada na valorização da floresta em pé, na conservação ambiental e no fortalecimento da economia popular, expandindo Unidades de Conservação (UCs), áreas protegidas e instrumentos como pagamentos por serviços ambientais, crédito de carbono e certificações socioambientais.

O Acre tornou-se referência nacional e internacional de conservação, mas essa agenda revelou contradições estruturais: grande parte das políticas permaneceu no plano discursivo, enquanto a “economia verde” foi progressivamente capturada pelo mercado, sem romper com a concentração fundiária nem conter o avanço do agronegócio. A precariedade das RESEX — marcada pela baixa demanda por borracha e castanha, pela fragmentação dos circuitos de comercialização e pela incapacidade estatal de converter a floresta em pé em valor econômico justo (Maciel et al., 2021) — acabou por enfraquecer o projeto político original e contribuir para o desgaste do PT no estado.

A ascensão de Gladson Cameli ao governo do Acre, em 2019, expressa a reconfiguração política marcada pelo avanço da extrema direita no país e pelo esgotamento eleitoral da esquerda na região. Sua vitória, alinhada ao bolsonarismo, foi sustentada por um discurso conservador, antiambientalista e neoliberal, apoiado pelas bancadas ruralista e evangélica. O governo Cameli reafirma o desenvolvimentismo e adota o agronegócio como eixo estruturante, defendendo publicamente um modelo de “agronegócio verde” baseado na flexibilização das normas ambientais, na expansão da pecuária e dos monocultivos e na intensificação da ocupação produtiva da terra.

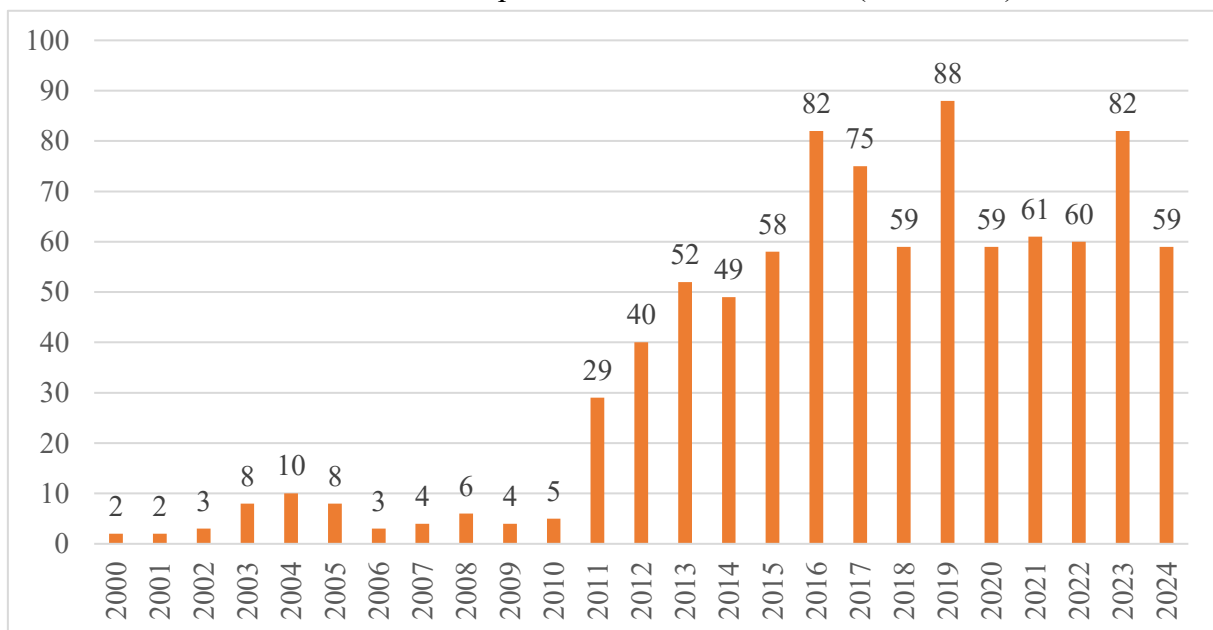
Nesse contexto, a proposta da Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira (AMACRO) consolida a integração regional via agricultura capitalista, mas aprofunda conflitos fundiários e pressões ambientais. Entre 1985 e 2023, pastagens cresceram mais de 363% na Amazônia, e na AMACRO a expansão foi onze vezes maior, alcançando cerca de 6,9 milhões de hectares (INPE, 2025). No Acre, estudos identificam avanço da pecuária inclusive sobre



UCs e RESEX, como a RESEX Chico Mendes, com picos de desmatamento e queimadas em 2019 e 2021 (Melo, 2023). Embora dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) indiquem redução do desmatamento de 601 km² (2022/2023) para 448 km² (2023/2024), essa queda é relativizada por alertas alternativos e pelo aumento das queimadas, que registraram 1.675 focos em 2023, posicionando o estado entre os mais afetados da Amazônia.

No Acre, os conflitos fundiários também avançaram. De acordo com a CPT, de 2000 até 2024 ocorreram 908 conflitos por terra no estado (Gráfico 1). Os conflitos se intensificaram a partir de 2016 (82), no governo Temer e tiveram seu auge no governo Bolsonaro, em 2019 (88). Ao todo, são mais de 100 mil famílias envolvidas em conflitos, sendo elas de posseiros, seringueiros e indígenas. Entre 2015 e 2024 foram registrados 684 casos de conflitos por terra no Acre, 496 (72,5%) causados por fazendeiros, sendo as principais vítimas os posseiros (298). Os dados mostram a manifestação da *violência* como aspecto-chave para a compreensão do conflito social. Dentre os tipos de violência sofrida nos últimos 10 anos estão a intimidação (70), danos (43) e a ameaça de morte (15).

Gráfico 1 – Conflitos por terra no estado do Acre (2000-2024)



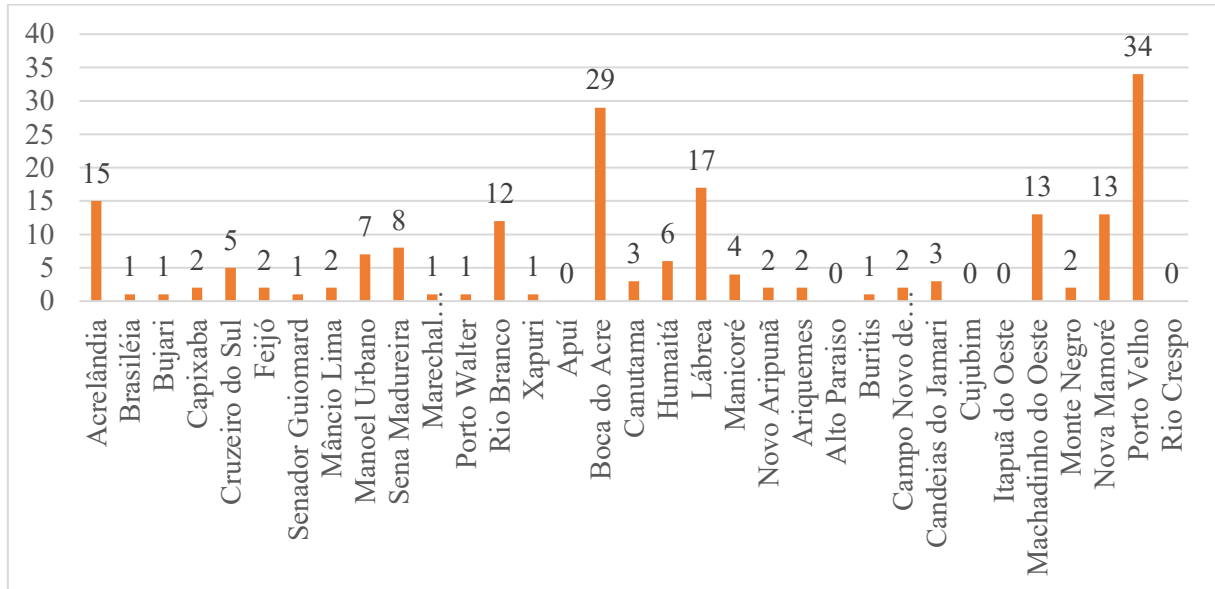
Fonte: CPT, anos correlatos. Elaborado pelos autores (2025).

A região da AMACRO tornou-se um epicentro desses conflitos e é, atualmente, a manifestação concreta do avanço da fronteira agropecuária rumo ao Acre (Gráfico 2). As disputas por terras públicas, muitas vezes promovidas por posseiros e fazendeiros, resultam em ameaças, torturas e assassinatos. Porto Velho-RO (34), Lábrea-RO (17), Boca do Acre-AM



(29) e Acrelândia-AC (15) são os municípios com maiores casos de conflitos por terra (CPT, 2024). A ausência (proposital) do Estado na regulação fundiária e proteção dos direitos humanos favorece a impunidade e o avanço predatório do capital sobre os territórios, legitimando os conflitos e a degradação ambiental.

Gráfico 2 – Conflitos por terra na AMACRO (2024)



Fonte: CPT (2024). Elaborado pelos autores (2025).

Os processos históricos até aqui apresentados revelam uma tensão constante entre modelos de exploração econômica e estratégias de resistência dos sujeitos locais no Acre, desde os ciclos da borracha até o avanço mais recente do agronegócio. A sucessão de ocupações violentas, políticas de integração, expansão da pecuária e projetos desenvolvimentistas evidenciam a centralidade do conflito na organização do espaço amazônico, marcado pela disputa entre interesses econômicos externos e a preservação de modos de vida tradicionais. São esses antagonismos que pretendemos analisar a partir da *metodologia geográfica do conflito* que propomos anteriormente.

Analisando a centralidade do conflito

A partir do tripé Estado-capital-trabalho é possível identificar as contradições dos processos que percorrem a história de formação do espaço agrário no Acre. Apesar de termos caracterizado momentos históricos distintos, com particularidades importantes, os elementos estruturais e estruturantes (conflito, tripé Estado-capital-trabalho, poder e ideologia) perduram



na realidade concreta desses períodos mediante as contradições do modo de produção capitalista. E, o fato desses elementos permanecerem é que nos permite pensar uma *metodologia geográfica do conflito*.

No primeiro ciclo da borracha, a inserção subordinada da Amazônia na divisão internacional do trabalho corresponde ao que Harvey (2005) denomina de acumulação por espoliação – ou permanência da acumulação primitiva em Marx (1980) –, na medida em que a apropriação dos recursos naturais e do trabalho ocorreu por meio da coerção, da violência e da expropriação territorial. O capital internacional, articulado a agentes nacionais e regionais, estruturou os seringais enquanto forma territorial específica, baseada no sistema de aviação e na sujeição dos trabalhadores. O poder do Estado e sua aliança com a classe dominante se manifesta em todos os momentos, ao exercer um papel decisivo na legitimação dessa territorialidade, corroborando a compreensão de Poulantzas (2000) do Estado como uma condensação material das relações de força entre classes. O conflito, nesse período, manifestou-se tanto nas disputas armadas pela incorporação territorial do Acre ao Brasil, quanto na violência cotidiana que estruturou as relações de produção nos seringais.

Durante a Segunda Guerra Mundial, aprofunda-se essa lógica ao intensificar a intervenção estatal em nome do interesse nacional. A “Batalha da Borracha” exemplifica como a ideologia opera como elemento central da mediação entre Estado, capital e trabalho, convertendo a exploração em empreendimento modernizador e ocultando suas contradições. Conforme argumenta Gramsci (2001), a hegemonia não se sustenta apenas pela coerção, mas pela construção de consensos que naturalizam relações de dominação. Há, nesse sentido, uma interdependência entre poder e ideologia, que permite a reprodução do conflito sob novas narrativas de desenvolvimento e progresso.

O conflito capital-trabalho, materializado na demanda do mercado internacional e na dominação territorial, coloca-se a partir da separação do trabalhador dos meios de produção, neste caso a separação do migrante nordestino e do indígena da terra/floresta. Estes passariam de sujeitos livres à escravos do sistema de aviação nos seringais. O capital, nesse sentido, provoca transformações ontológicas no trabalho e no sujeito que é forçado a trabalhar (Lukács, 2015). Aqui temos uma transformação que diz respeito à subjetividade do sertanejo, do caboclo, do indígena e (porque não) do próprio território, que de condição de vida (valor de uso) passa para o estado de mercadoria (valor de troca). Foi o conflito capital-trabalho que instituiu o seringal como unidade socioeconômica de produção da borracha e o seringueiro enquanto sujeito da história de formação do espaço amazônico.



Silva (2005; 2009) caracteriza os ciclos da borracha como períodos históricos centrais para o processo que ele chama de “recriação do campesinato amazônico-acreano”. O autor toma como base as características do migrante cearense que compôs a mão de obra nos seringais e que tinha a agricultura e a lida com a terra como principais formas de sua subsistência. Obrigado a se tornar seringueiro pela dívida, aproveita-se da falência dos seringais para plantar o roçado e (voltar a) ser o que realmente era: um camponês, esse sujeito que é produto das relações contraditórias do capital (Martins, 1981; Oliveira, 2001).

Com o declínio da economia gomífera e a emergência da territorialidade da colocação, observa-se uma reconfiguração das formas de controle do espaço, sem que o conflito seja suprimido. Pelo contrário, ele se torna latente, inscrito na desregulamentação fundiária e na marginalização socioeconômica dos seringueiros. Essa dinâmica dialoga com a noção de território enquanto relação de poder, conforme proposto por Raffestin (1993), na qual o controle do espaço resulta da interação entre atores com capacidades desiguais de intervenção material e simbólica. Assim, mesmo em contextos de maior autonomia relativa, o trabalho permanece subordinado às estruturas mais amplas do capital e do Estado.

A partir da década de 1960, com a expansão da frente agropecuária durante o regime militar, o conflito assume caráter aberto e estruturante da reorganização territorial. As políticas de integração nacional, os incentivos fiscais e os projetos de colonização materializam aquilo que Porto-Gonçalves (2006) define como “colonialidade do poder” no espaço amazônico, na medida em que reafirmam a apropriação de territórios tradicionalmente ocupados em nome de uma racionalidade estritamente mercantil. O Estado atua como agente articulador do capital, promovendo a mercantilização da terra e institucionalizando a violência como mecanismo de ordenamento territorial. Em resposta, os sujeitos do trabalho constroem formas contra-hegemônicas de organização, convertendo o conflito em estratégia política de resistência. Aqui o conflito instituiu os seringueiros e demais povos da floresta como sujeitos sociais coletivos a partir da conformação das identidades dos movimentos sociais e de suas organizações (MSTTR, CNS, Aliança dos Povos da Floresta etc.).

Resultado da atuação desses movimentos, a criação das RESEX, nas décadas de 1980 e 1990, representa a tentativa mais explícita de institucionalização do conflito territorial por parte do Estado. Apoiadas nos ideais e demandas das populações extrativistas, as RESEX expressam uma disputa entre diferentes projetos de território ao confrontarem a lógica do uso coletivo da terra com a racionalidade mercadológica da agricultura capitalista. Entretanto, como demonstram os limites da economia extrativista e a captura progressiva da agenda ambiental pelo mercado, esse processo não rompe com a lógica estrutural de subordinação do trabalho. A



chamada “economia verde” pode ser compreendida, assim, como uma nova forma de acumulação por espoliação, agora mediada por instrumentos financeiros e discursivos (Fairhead; Leach; Scoones, 2012).

No período recente, marcado pela ascensão do agronegócio e pela implementação da AMACRO, o conflito territorial reassume centralidade explícita com a dimensão da violência assumindo papel central, conforme vimos nos dados anteriores. A flexibilização das normas ambientais e o avanço da pecuária sobre áreas protegidas revelam a continuidade histórica da expansão capitalista sobre a Amazônia, reforçando o caráter estrutural do conflito e aprofundando os antagonismos de classe. Conforme argumenta Svampa (2019), tais dinâmicas integram o chamado consenso das *commodities*, no qual Estados considerados periféricos reorientam suas economias para a exportação primária (neste caso, principalmente carne bovina e soja), aprofundando desigualdades sociais e ambientais.

Este cenário evidencia a destrutividade e a incontabilidade da ordem sociometabólica do capital (Mészáros, 2015), cujo caráter irreformável se expressa no antagonismo entre projetos que concebem a terra e a floresta como condição de vida e trabalho e aqueles que, amparados no discurso ideológico do “*agro é tudo*”, promovem a expansão da acumulação capitalista na Amazônia. Os impactos socioambientais não configuram desvios, mas resultam necessariamente de uma lógica que submete a natureza à condição de mercadoria, tornando inviáveis soluções efetivas para a crise climática no interior do próprio capitalismo. Nesse sentido, as políticas ambientais e o discurso do desenvolvimento sustentável, capturados pelos interesses das elites agrárias, funcionam mais como mecanismos de legitimação da ordem dominante do que como instrumentos de enfrentamento dos desequilíbrios ambientais e climáticos.

O Estado atua como agente estratégico da reprodução do capital, extrapolando a condição de mero instrumento capturado por interesses dominantes. Ao controlar investimentos, marcos regulatórios e aparatos administrativos, exerce uma forma de engenharia territorial que reorganiza espaços e populações em conformidade com as exigências do mercado, configurando-se como aliado da dinâmica de acumulação capitalista (Mészáros, 2011; 2015; Harvey, 2012). Amparado no monopólio da legalidade e da violência, o Estado institucionaliza a apropriação privada da terra, legitima projetos excludentes e criminaliza resistências locais, perpetuando assimetrias sociais e territoriais e sustentando o modelo desenvolvimentista capitalista (Harvey, 2012).

Dessa forma, a articulação entre o processo histórico do Acre e a *metodologia geográfica do conflito* aqui proposta permite afirmar que o conflito compõe o centro do eixo



constitutivo da produção do espaço agrário amazônico-acreano. Tal como sugere Lefebvre (1991), é nas contradições espaciais que se revelam as disputas fundamentais da sociedade. O conflito, longe de ser um desvio ou uma anomalia, é a expressão concreta da luta entre projetos antagonísticos de classes, mediada por relações de poder e ideologia e inscrita no território ao longo do tempo. Reconhecer essa centralidade é condição necessária para uma análise geográfica crítica da realidade e para a compreensão das possibilidades e limites das estratégias de resistência dos movimentos sociais do campo e da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaríamos de salientar que este é um primeiro esforço de sistematização de ideias e reflexões acerca de uma Geografia do Conflito em nosso grupo de pesquisa, o qual partiu de provocações de nosso orientador Carlos Alberto Feliciano e dos debates no Grupo de Trabalho (GT) do XI SINGA.

De forma sintética, demarcamos nossa contribuição em três pontos principais: (i) o conflito – enquanto elemento estrutural e sistêmico do capital – é um conceito-chave para a leitura geográfica da realidade, pois no conflito as contradições se revelam, ou seja, a materialidade histórica se evidencia na contradição; (ii) o tripé capital, trabalho e Estado é a base que possibilita o funcionamento da “estrutura totalizadora de controle sociometabólico do capital” (Mészáros, 2015, p. 96), sendo o poder e a ideologia elementos circundantes da sua lógica de dominação incontrolável que merecem maior atenção no século XXI; e (iii) a dialética do conflito pode nos ajudar a pensar a formação das identidades individuais e coletivas no âmbito do modo de produção capitalista, já que na atual conjuntura o *conflito estruturante* (que motiva os antagonismos sociais) é o conflito capital-trabalho, de modo que todos os sujeitos impactados pela ordem de exploração do capital tem um *oposto* em comum. Portanto, mesmo que consideremos diferentes demandas sociais e as especificidades individuais e de classe, é preciso se reconhecer que muitos dos antagonismos não se resolvem por dentro do capitalismo, sendo urgente superá-lo.

Palavras-chave: Estado; Ideologia; Luta de classes; Amazônia; Capital-trabalho.



REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e os Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: um pouco – antes e além – depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2000-2024**. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Goiânia-GO: Comissão Pastoral da Terra, 2025. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/acervo/conflitos-no-campo/caderno-de-conflitos/>. Acesso em: 02 jun. 2025.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, Londres, v. 39, n. 2, p. 237–261, 2012.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

GRAMSCI, A. **A organização da cultura**. In: *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Coleção Perspectivas do Homem, Série Filosofia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 8. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. V. 3. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 6ª. ed. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2012.

INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Especiais. **Portal TerraBrasilis**. Disponível em: <http://bit.ly/3IDn06R>. Acesso em: 03 set. 2025.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social 1**. Boitempo editorial, 2015.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, p. 7-46, 1998.

MARX, K. **O capital (crítica da economia política) - Livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MELO, J. A. F. de. **Análise do Fogo na Reserva Extrativista Chico Mendes: Utilização de Redes Neurais para Classificação de Focos de Calor**. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia). Universidade Federal do Acre – Rio Branco, AC, 2023, 88 f. Disponível em: posgeoufac.com/wp-content/uploads/2023/11/texto-final-jardelanderson-.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.



MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo (et. al.). 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, A. U de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PONTE, K. F. Reserva Extrativista Chico Mendes no Estado do Acre: territorialidade seringueira e conquista da autonomia? In: PONTE, K. F. da.; MORAIS, M. de J. (Org.). **Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental**. Curitiba: CRV, 2020.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. In: SEOANE, José. (Org.). **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. 1 ed. Buenos Aires: CLACSO-Osal, 2003, p. 261-277.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C. R. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, v. 16, nº. 29, 2020, p. 712 - 767.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, T. T. **Geografia dos conflitos sociais na América Latina**. In: CLACSO. (Org.). **Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

RAMOS, T. T. A geografia dos conflitos sociais em Carlos Walter Porto-Gonçalves: de protagonismos e de epistemes. **GEOgraphia**, v.26, n. 57, 2024.

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia acreana**. 496 p. Tese. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente, 2005.

SILVA, S. S. Produção do espaço agrário acreano: “O homem, a terra e a floresta”. In: SILVA, Silvio Simione da (Org.). **Acre: uma visão temática de sua Geografia** – Rio Branco: EDUFAC, 2009.



SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

THOMAZ JUNIOR, A. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 14, n. 2, 2013.

TOCANTINS, L. **Amazônia** – Natureza, homens e tempo. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.